



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 151 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 24 de outubro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 819/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	088/2016	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA ESTACIONAMENTO, PLACAS EM ALUMÍNIO, PLACAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PLACAS EM INOX ESCOVADO, PLACAS INDICATIVAS EM PVC, LETRAS CAIXAS, ADESIVOS, IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, FAIXAS, MASTROS, ENTRE OUTROS, com o fim de atender as necessidades das Promotorias de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 022/15, Processo administrativo Nº 2015.0701.00204, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 820/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando a deliberação, à unanimidade, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 160ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 14 de outubro de 2015, para designação de membro para dar prosseguimento feito descrito adiante, em razão de não acolhimento da promoção de arquivamento proposta pelo membro daquela Comarca;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça Substituta

LUMA GOMIDES DE SOUZA para atuar nos Autos CSMP nº 178/2013, referente à Promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório nº 040/2011, oriundo da Promotoria de Justiça de Peixe.

Art. 2º REVOGA-SE as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 725/2015.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 821/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Dianópolis - TO, no dia 24 de outubro de 2016, Autos nº 0001910-50.2014.827.2716.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 822/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, artigo 17, III, "j", observado o disposto no art. 3º do Ato nº 013, de 05 de março de 2010, e considerando o teor do Ofício nº 27-2015-APJG;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINA SEUSER para exercer a função de Coordenadora das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins – TO, no período de 13 de outubro a 11 de novembro de 2016, durante o afastamento, por motivo de férias, do titular da função Lissandro Anielo Alves Pedro.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 823/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR para atuar no Mutirão de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas - TO, no dia 21 de outubro 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 824/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando viagem "à trabalho" do Titular da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, Dr. Sidney Fiori Junior,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RICARDO ALVES PERES para responder, cumulativamente, pela 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, nos períodos de 26 a 28 de outubro e 08 a 11 de novembro de 2016.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 790/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

CONVOCAÇÃO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e considerando a contratação de empresa especializada para ministrar "curso de capacitação em gestão e fiscalização de contratos e prática de elaboração de termo de referência", na modalidade "In Company", CONVOCA os servidores abaixo relacionados, para participarem do referido curso, no período de 24 a 28 de outubro de 2016, com carga horária de 35 horas, a realizar-se no auditório do 1º piso da sede desta Procuradoria-Geral de Justiça:

	Nome	Matrícula	Lotação
1	AGNEL ROSA DOS SANTOS POVOA	46403	DMTI
2	ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS	109110	Comunicação
3	ALBERTO NERI DE MELO	120513	Engenharia
4	CANDICE CRISTIANE BARROS SANTANA NOVAES	103310	Área da Saúde
5	CARLOS OSMA DE ALMEIDA	94609	Administrativo
6	CESAR DE AMORIM RODRIGUES	100410	Cerimonial
7	CLAUDENOR PIRES DA SILVA	86508	Manutenção
8	EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES	8542180	Controladoria
9	EDINALDO DA SILVA DE OLIVEIRA	119013	Almoxarifado
10	ELIANA BATISTA DE LIMA	85108	Controladoria
11	ELINE NUNES CARNEIRO	119513	Administrativo
12	FERNANDO ANTONIO GARIBALDI FILHO	106810	CESAF
13	FREDERICO FERREIRA FROTA	98610	Engenharia
14	GUILHERME SILVA BEZERRA	69607	DMTI
15	HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA	79407	Transportes
16	HUAN CARLOS BORGES TAVARES	22999	DMTI
17	IRACEMA ALVES DE BRITO	21699	Protocolo
18	JADSON MARTINS BISPO	102710	Manutenção
19	JAILSON PINHEIRO DA SILVA	106210	Patrimônio
20	JOAO CARLOS PEREIRA	124014	CESAF
21	KAROLINE SETUBA SILVA COELHO	100210	Administrativo
22	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	92808	Patrimônio
23	LUCIELLE LIMA NEGRY XAVIER	74407	ASS. JURÍDICA
24	MARCIA APARECIDA ARRUDA DE MENEZES	113912	Controladoria
25	MONICA CRISTINA DO CARMO FARIAS	20599	Cerimonial
26	PATRICIA DE OLIVEIRA CABRAL	96109	Gestão de Pessoas
27	RENATO ALVES DO COUTO	107910	Área de Contratos
28	ROBERTA BARBOSA DA SILVA GIACOMINI	68507	Almoxarifado

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

29 STEFANIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA 81907 ASS. JURÍDICA
30 TANIA DE FATIMA ROCHA VASCONCELOS 112359001 Engenharia

Palmas - TO, 21 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº.: 136/2012
Processo nº.: 2012/0701/000224
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA : Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Contrato 136/2012, com término previsto para 24.10.2016, por mais 12 (doze) meses, a partir de 25.10.2016.
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela renovação do seguro total dos veículos integrantes da frota oficial da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins – PGJ/TO, o valor global de R\$ 45.623,92 (quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três Reais e noventa e dois centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39
ASSINATURA: 19/10/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: José Omar Almeida Júnior.
Contratada : Marta Wouters Montoya e Neide Oliveira Souza.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 094/2016
Processo nº.: 2016.0701.00262
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
CONTRATADA: GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA
OBJETO: O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme discriminação prevista no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00273, parte integrante do presente instrumento.
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil Reais).
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico, Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52
ASSINATURA: 04/10/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Vinicius da Silva.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 095/2016
Processo nº.: 2016.0701.00348
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
CONTRATADA: GRÁFICA E EDITORA CAPITAL LTDA-ME
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – CAPAS PARA PROCESSO, PROTETOR DE CAPA E ELÁSTICO PARA PROCESSO, conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº 031/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00348, parte integrante do presente instrumento.
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 9.749,00 (nove mil, setecentos

e quarenta e nove Reais).
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30
ASSINATURA: 04/10/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Edmar Alves de Oliveira.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 098/2016
Processo nº.: 2016/0701/00374
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
Contratada: SARAIVA DISTRIBUIDORA - EIRELI - ME.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Porto Nacional, conforme discriminação prevista no item 03, linha 01 da Ata de Registro de Preços nº 043/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00235, parte integrante do presente instrumento.
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos Reais).
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52
ASSINATURA: 11/10/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Gesy Saraiva de Goias.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 099/2016
Processo nº.: 2016/0701/00373
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
CONTRATADA: CENTRAL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Porto Nacional, conforme discriminação prevista no item 01 e 02, da Ata de Registro de Preços nº 042/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00235, parte integrante do presente instrumento
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 122.480,00 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta Reais).
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 e 3.3.90.30
ASSINATURA: 11/10/2016
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Pamella Naves de Oliveira.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016/13590, instaurado com o objetivo de averiguar eventual

irregularidade na utilização de cheques moradias pelo ONG Habitat para Humanidade Brasil, repassados pela Secretaria Estadual da Habitação, no entanto, tais valores não teria sido entregues aos seus titulares. Diante das diligências realizadas, verificou-se a ausência de irregularidades na entrega dos cheques moradias, os quais perderam a sua vigência de uso em razão de litígio possessório que se encontrava no Judiciário, porquanto os beneficiários não utilizaram os cheques emitidos pelo Governo do Estado, restando afastado, portanto, eventual malversação de recursos públicos. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 20 de outubro de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016/15380, instaurado com o objetivo de averiguar eventual desvio de função no âmbito da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, entre os cargos de gerentes que estariam a exercer às atribuições do cargo de motorista. Da análise dos Autos, fora promovido o arquivamento por ausência de justa causa, tendo em vista a economicidade do procedimento efetuado, na forma da Lei Estadual nº 2.986/2015, restando configurado o interesse público na conduta do Secretário Estadual. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 20 de outubro de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à WD LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMÓVEIS LTDA e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 013/2014-28ªPJC (2014/11246), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à LUDMYLLA

COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 025/2014-28ªPJC (2014/11551), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a GLÁUCIO DE LIMA BRAGA e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 031/2014-28ªPJC (2014/11550), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a ALCIMAR ARAÚJO MILHOMEM e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 052/2014-28ªPJC (2014/12196), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a PÁSCUA LOURENÇA DE SOUZA e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 056/2014-28ªPJC (2014/14032), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as

pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a LODÉGIO DA ROSA CORREA e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 062/2014-28ªPJC (2014/14038), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista que não foi constatada a ocorrência de ilegalidade ou de dano ao erário que ensejasse a atuação judicial deste Ministério Público. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a HILMA BUGS SCHNEIDER, EUCÁRIO SCHNEIDER e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 071/2014-28ªPJC (2014/14024), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art.

21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à IVANIZE ALVES DE CASTRO MARTINS e aos demais interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 075/2014-28ªPJC (2014/14030), o qual investigou possível irregularidade em alienações de imóveis públicos sem a observância dos preceitos legais, tendo em vista a ausência de legitimidade extraordinária do Órgão do Ministério Público para ingressar com a ação de improbidade ante a incidência do instituto da prescrição sobre os fatos investigados. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à ANDRESSA DE MENÉZ RIBEIRO e aos demais interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2016/1985-28ªPJC, instaurada para averiguar a recusa do PLANSAUDE em custear as despesas com materiais para cirurgia de usuária/dependente, tendo em vista que o atendimento reclamado não afeta interesse coletivo e, portanto, não há pertinência de atuação deste parquet. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA e aos demais interessados, do INDEFERIMENTO dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.36.000.000208/2000-29, instaurado para averiguar suposto desvio de recursos oriundos do FAT pela ex-representante do Clube das Mães do Bairro Novo Horizonte – CLUMAN, tendo em vista a ausência de elementos suficientes que propiciem a atuação deste parquet. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 19 de outubro de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

